

# Um outro olhar : máquinas na ditadura\*

Mihai D. Georghiu\*\*

---

A carreira das máquinas de escrever na Romênia do pós-guerra segue as principais datas da história social e política do país. O novo Estado se apropria da quase totalidade dos meios de produção e, para os meios de produção ideológica, ele pretende limitar-lhes o acesso somente aos seus quadros de confiança, formados e controlados pelo partido comunista. As autorizações para as máquinas de escrever foram assim introduzidas pela primeira vez em 1950, após a nacionalização da quase totalidade da economia em 1948 e a lei sobre a imprensa e a edição de 1949, que interditava toda forma de publicação fora das tipografias controladas pelo Estado. Enquanto bem privado, a máquina de escrever torna-se então bastante rara. É o período da depuração do aparelho administrativo do Estado, e as máquinas mudam de uso como de proprietários – uma parte dos “antigos” (*fostii*, como eram designados os membros das ex-classes dirigentes) foram eliminados, postos na prisão ou partiram para o exílio. Figurando entre os bens confiscados ou tornados inúteis, encontram-se muito rapidamente nos mercados de pulgas, no mercado negro ou nos antiquários do Estado (os *consginatzia*).

Quanto às novas máquinas de escrever portáteis, elas não aparecem senão nos anos 60, num momento de relativa prosperidade econômica e de liberação política. Isso coincide mais ou menos com o estabelecimento disto que os sociólogos dissidentes chamam uma “nova classe” nos países socialistas : uma vez iniciado o processo de destalinização, esta “nova classe” se sente consolidada em suas posições, o que assegura aos intelectuais uma certa liberdade de expressão. O decreto de 1950 que previa autorizações para as máquinas parece ter sido esquecido. A máquina de escrever é tratada não somente como “meio de produção” mas também como bem de consumo.

Às antigas marcas de antes da guerra vêm-se juntar novas, de fabricação “socialista” (Consul, fabricada na Tchecoslováquia, Erika na RDA e, mais tarde, uma máquina japonesa fabricada sob licença na China comunista), mas também a “capitalista” Olivetti, todas sendo adaptadas aos caracteres próprios à ortografia

---

\* In *Autrement – collection Mutations, série Sciences en société*, nº 146 : *Machines à écrire. Des claviers et des puces : la traversée du siècle*. Paris, 1994. Exemplar do acervo da Mediateca da Maison de France, Rio de Janeiro.

\*\* Mihai D. Georghiu, de origem romena e radicado na França, é sociólogo do Centre de Sociologie de l'Education et de la Culture da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS). É também crítico literário e colabora em *Liber, revue européenne des livres*. (N.T.)

romena (ă, â, î, ș, ț). Outro sinal dos tempos, quando se impõe um novo nacionalismo oficial, as máquinas de escrever com caracteres cirílicos fazem-se mais e mais raras, para se tornarem quase desaparecidas: o russo não é mais uma língua obrigatória na Romênia a desde 1964.

### ***Um bem "capital" e simbólico***

---

É preciso notar que, mais ou menos no mesmo momento, o direito à propriedade privada se alarga – notadamente no que concerne a construção de apartamentos à crédito e compra de automóveis, considerados ainda como "objetos de luxo". A produção e a importação de bens de consumo aumentam. O preço oficial das máquinas de escrever portáteis nas lojas do Estado é mais ou menos o equivalente de um salário médio. Ela não representa entretanto senão uma parte do preço real, cálculo ao qual é necessário acrescentar o capital social investido na compra (fazer uso de influência ou de relações de amizade e de família para obtê-las). As condições de aquisição de tais objetos (a eles se acrescentarão, mais tarde, os televisores coloridos, os magnetoscópios e os congeladores) são freqüentemente difíceis : listas de espera para uma das próximas entregas, "reservas", até mesmo em certos casos "exclusividade" para a nomenklatura.

As máquinas de escrever tornam-se um tipo de mercadoria a acumular : em razão de sua raridade, a demanda ultrapassa sempre a oferta. O fraco poder de compra do consumidor socialista favorece aliás a acumulação de objetos – que podem servir, de uma forma ou de outra, de "capital". Os produtos culturais sendo em geral baratos, a aquisição de uma máquina de escrever representa uma forma superior de investimento intelectual, comparável à constituição de bibliotecas de luxo (comprar livros em todos os domínios, e sobretudo livros raros, importados, traduções ou reedições, vendidos freqüentemente sob a casaca). As máquinas de escrever "importadas", que passam mais ou menos clandestinamente a fronteira numa época em que se fala de "relaxamento internacional" – como depois da conferência de Helsink, em 1975 –, podem ser mesmo preferidas às outras, pois a ausência de caracteres romenos acrescenta-lhes por vezes um ponto de distinção que faz crescer seu interesse, e não sem esnobismo.

No anos 80, com a crise econômica que se agrava, as importações de máquinas de escrever se tornarão mais e mais raras, seus preços (oficiais e reais) aumentarão, enquanto que o trabalho clandestino dos datilógrafos profissionais será cada vez mais procurado e remunerado. Para os (freqüentemente jovens) intelectuais desempregados (oficialmente inexistentes), datilografar textos na máquina "clandestina" (tese de estudantes, manuscritos literários ou científicos) constituirá, ao lado das traduções e das aulas particulares, uma das fontes não negligenciáveis de

renda. Enfim, é neste momento que as fotocopiadoras fazem sua discreta aparição sem que isso modifique de uma maneira sensível o estatuto das máquinas de escrever : também importadas (a produção romena, muito recente, é de muito má qualidade), elas enguiçam com freqüência por falta de tinta, de papel adequado ou de peças de reposição.

Todo dono de máquina de escrever é obrigado novamente, desde 1983, a declará-la à milícia (polícia). A autorização não é concedida, em princípio, senão àqueles que podem justificar, por sua profissão, a necessidade de uma – ela pode ser retirada e a máquina confiscada em caso de “mau uso” (digitar textos “hostis” ao regime, por exemplo) ou se o proprietário permite sua utilização por pessoas não-autorizadas (aí entendidos também os membros da família). Essas instruções concernem igualmente às máquinas de escrever das instituições. A atribuição e a renovação anual das autorizações implicam em outro procedimento muito complicado de identificação e de registro de cada máquina de escrever – alguma coisa comparável a uma tomada de impressões digitais – assim como os modos pessoais (os “toques”) de cada utilizador. O procedimento dura uma hora ou mais : trata-se de digitar todas as teclas de várias maneiras e recopiar um pequeno texto, em caracteres minúsculos e maiúsculos, repetindo o processo duas vezes. Desse modo, aproveita-se a ocasião para um breve doutrinamento – um a mais – através do texto a teclar, que lembra aos datilógrafos profissionais ou amadores algumas palavras-de-ordem do regime.

Essa medida, abolida em dezembro de 1989, teve por resultado realçar o estatuto simbólico do objeto. Por outro lado, como a distinção entre mercado “paralelo” e mercado controlado pelo Estado não tem mais sentido, assistiu-se, na Romênia como alhures, a um alinhamento de preços que – levando-se em conta a inflação e a alta dos salários – permanecem comparáveis àqueles praticados antes: mais ou menos o equivalente a um salário mensal médio. Em 1991, uma Robotron era vendida a 10.000 lei, uma Erika a 12.000, uma Remington usada de 7.000 a 8.000, uma Olivetti “modelo antigo” um pouco mais<sup>1</sup>. E mesmo que os computadores com editor de texto tenham feito sua aparição neste mercado, seus preços permanecem muito elevados para a maioria dos consumidores (aí incluídas as instituições públicas) para que constituam uma concorrência importante para as máquinas de escrever.

## ***No país dos secretários***

---

O preço ou a vigilância policial de que foram objeto as máquinas de escrever não pode dar conta senão em parte da posição que lhes é dada no aparelho burocrático – sobre o qual se apóia o essencial de seu poder. A fim de reconstituir o

---

<sup>1</sup> Cf. Adrian Costea, “Faptul divers – masina de scris” ( *O fait divers* – a máquina de escrever) in Cotidianul, Bucarest, 5-6 agosto 1991, p. 8.

universo secretarial onde eles foram instaladas, é preciso distinguir os secretários e os secretários técnicas de um lado (com os "secretários datilógrafos", "estenodatilógrafos" ou "datilógrafos"), dos secretários e secretariados políticos, de outro. Na administração do país, constituída segundo o modelo soviético de interpenetração de estruturas do partido comunista e o Estado ("popular" e "socialista"), os postos de secretários políticos se multiplicaram consideravelmente – secretário geral, secretários do comitê central, primeiro-secretário das regiões etc. A designação a esse diferentes postos dirigentes na hierarquia do aparelho político corresponde à tradição das organizações operárias, fundadas sobre a democracia direta e sobre a direção coletiva ("colegial"), mas elas se tornaram puramente formais sob os regimes stalinistas. Esses secretários dirigem freqüentemente "escritórios" e "secretariados". E a homonímia entre os dois postos de secretários não é sempre gratuito : no meio dos anos 70, o título de "secretário geral de redação" dos jornais e revistas foi substituído na Romênia pelo de "secretário responsável", para que não houvesse, parece, senão um único "secretário geral" no país (Ceausescu).

O secretariado, enquanto espaço próprio das máquinas de escrever, é ao mesmo tempo uma antecâmara do poder e um lugar de passagem para todos os tipos de "diretorias" e de "diretores". Ele representa o nó de todo o sistema de comunicações de uma instituição: atrás das máquinas de escrever e ao lado dos aparelhos telefônicos, os secretários velam para que o sistema funcione. Com ou sem razão, são suspeitos de serem colaboradores da polícia política, recrutados para observar seus próprios chefes como todas as comunicações que atravessem seu espaço. Sendo o secretariado o lugar de passagem quase inevitável e finalmente obrigatório de toda pessoa estranha a uma instituição, é em sua proximidade que iam ser instaladas, ainda nos anos 80, as "câmaras de protocolo", equipadas – dizia-se – com microfones ocultos, onde devia acontecer toda conversação com os convidados de fora, em presença dos "responsáveis de protocolo". Enfim, como para demonstrar que o segredo é a raiz de todo secretariado, sempre próximo se encontram os EDS (escritórios de documentos secretos)<sup>2</sup>, onde é posto e classificado, segundo os graus variados de segredos ("de Estado", "de serviço" etc.), toda a produção secretarial de circulação reservada.

Em tais lugares, não é senão muito "normal" que as máquinas de escrever sejam cuidadosamente fechadas em caixas de proteção em madeira ou metal, ou então em armários bem seguros, ou ao menos lhes improvisando um ferrolho – anexando algumas peças ou canos com cadeados – para satisfazer assim a vigilância dos controladores. Aliás, as instruções dadas aos secretários datilógrafos dizem claramente que é preciso prestar atenção também sobre os dejetos : as fitas de máquina secas, o papel-carbono usado e as páginas usadas soltas devem ser cuidadosamente destruídas<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> No original, BDS "bureaux de documents secrets". (N.T.)

<sup>3</sup> Deve-se notar que, nos ateliês de reparação, as máquinas eram ainda mais fortemente protegidas durante a noite, atrás de grades ou acorrentadas.

A estas medidas de segurança, é preciso acrescentar, para os secretariados mais importantes, a permanência assegurada por cada funcionário em seu turno, durante as noites ou domingos. Assim, o pessoal de toda instituição era transformado em corpo auxiliar de guarda e cada secretariado dispunha de canapés e de colchões conversíveis para aí passar a noite. Este sistema de permanências destinado a assegurar a defesa, durante a noite e nos dias de festa, de todas as instituições era a expressão de um estado de sítio quase permanente e não declarado no qual praticamente toda a população estava submetida.

## ***Racionalizar a escrita***

---

Neste regime político onde a administração é altamente centralizada, notadamente por intermédio das estruturas de um partido político único que se propõe enquadrar o conjunto da população, o número de postos e as técnicas de registro e de fichamento propriamente burocráticos tende a se tornar considerável. As máquinas de escrever participam do trabalho e unificação e de uniformização do espaço escrito, necessário para assegurar o funcionamento da máquina burocrática. No início, os mais recentes dos novos chegados a este ambiente, dos quais um bom número de *apparatchiks*, são também os mais dependentes dos textos já escritos (pelos outros), donde a freqüência de citações rituais, que eles se impõem e acabam por impor aos outros : citações de "clássicos" ou do "pensamento" dos diferentes "camaradas" sucessivos no comando do partido. A função da máquina de escrever é, de alguma forma, facilitar o acesso a esse universo da leitura fiel e da repetição redundante. Como a famosa "língua de madeira", a mecanização da escrita se tornou indispensável a todos aqueles que, não tendo uma mestria suficiente da cultura escrita, podiam assim dissimular sua inábil escrita manuscrita ou ler mais facilmente seus discursos, escritos e "aprovados" previamente. Uma das principais tarefas dos secretários técnicos é dar um jeito os defeitos de escrita de seus chefes – que, em razão de uma formação muito rápida, tem necessidade de uma formatação correta de suas frases. Da mesma forma, as máquinas de escrever com grandes caracteres (apelidadas "ministeriais") dão, entre outras, a possibilidade aos altos dignitários de ler sem óculos nas ocasiões dos grandes congressos do partido. Para tais ocasiões, os secretários datilógrafos recebem a instrução formal de jamais cortar as palavras no fim das linhas, ou simplificar o máximo possível a pontuação a fim de remediar as dificuldades de elocução desses dignitários.

A racionalização da escrita é ao mesmo tempo o efeito de uma política duplamente proibitiva : por razões de penúria, dos quais a de papel é a mais importante, como por razões de censura (pressões "ideológicas"), as duas freqüentemente inseparáveis. Grande exportadora de matérias-primas e de papel, a

Romênia conheceu penúrias tornadas endêmicas que tiveram seus efeitos sobre o uso das máquinas de escrever e sobre o funcionamento do sistema burocrático em geral : a obrigação introduzida, há uma quinzena de anos<sup>4</sup>, de escrever à máquina todo texto oficial no frente-verso da folha e com espaço simples na entrelinha; ou a ausência de formulários impressos, que tornava indispensável a utilização das máquinas de escrever.

A transformação da função de escritor público faz parte do mesmo processo de aculturação. Tradicionalmente, em um país como a Romênia, de grande maioria rural até um passado recente, esta função recaía nos "intelectuais de aldeia", ao padre ortodoxo, ao professor primário e ao notário, freqüentemente vítimas – enquanto "nacionalistas" e "burgueses" – das ondas repressivas do stalinismo. Mais tarde, nos anos 60, ateliês públicos de datilografia foram organizados sob o modelo das cooperativas, à imagem de outras categorias de artesãos, e funcionando às vezes em cooperação com estúdios de gravação de música moderna e folclórica. O advento da burocracia única, simbolizada entre outras pelas máquinas de escrever, parece ter marcado o declínio de toda uma pequena nobreza rural.

Outras formas de escrita racionalizada contribuem também para a aculturação política : os slogans escritos onipresentes (a "propaganda visual"), ou o uso sistemático dos jornais murais. A máquina de escrever serve freqüentemente de instrumento de produção para este tipo particular de jornal (*gazeta de perete*), presente nos lugares de trabalho, nos bairros ou nas escolas, onde textos datilografados são colados ao lado de fotos ou recortes de jornais, enquanto os textos escritos à mão se tornam cada vez mais raros.

O uso da máquina de escrever aliás transforma também a escrita à mão : a caligrafia não é mais um critério essencial de seleção como era antes no recrutamento dos secretários. O ensino obrigatório da caligrafia nas escolas elementares sobreviverá durante algum tempo ao desaparecimento deste índice de competência profissional; quase na mesma época (pelo fim dos anos 70), será introduzida na escola primária uma simplificação dos caracteres (as próprias letras). Simultaneamente, uma especialização precoce e obrigatória introduzida nos liceus fará da datilografia um aprendizado, prática corrente nos liceus de "filologia-história", para um público escolar quase exclusivamente feminino.

Enfim, para os escritores profissionais, fazer uso da máquina de escrever significa se por diretamente em relação com a censura, que se exerce freqüentemente sobre o "manuscrito" em versão datilografada. Alguns periódicos literários preferiam que seus numerosos correspondentes, aos quais se respondia no espaço dedicado ao "correio da redação", datilografassem previamente seus textos, a fim de facilitar a leitura e a eventual publicação dos "debutantes". Isso os levava de fato a um forma

---

<sup>4</sup> Este texto foi publicado em 1994. (N.T.)

insidiosa de censura – sendo dadas as condições de acesso à uma máquina de escrever – ou disto que se chama correntemente a “auto-censura”.

A história das máquinas de escrever nas sociedades socialistas põe em evidência a relação burocrática da escrita, parte do processo de aculturação política das “massas”, e a profissionalização do ofício de escritor : a idéia de tomar as digitais das máquinas de escrever é também a conseqüência de uma individualização do objeto, pertencendo a intelectuais tornados menos dependentes dos secretariados e dos datilógrafos. Atestam também os dois casos de “tematização do objeto” que pude notar na literatura romena contemporânea. Para Andrei Sebulescu, antigo comunista vítima dos processos stalinistas, a máquina de escrever é uma espécie de máquina infernal, situada – assim como o dossiê pessoal – no coração de um sistema burocrático concentracionário : a descrição que ele faz dela em suas *Memórias* tem a aparência de um exorcismo<sup>5</sup>. Por outro lado, em Serban Foartà, a máquina de escrever é antes a ocasião de um discurso amoroso, projeção narcísica de um homem de letras sobre um produto industrial domesticado e já consagrado pelas obras literárias de vanguarda, estimulando devaneios livrescos : à maneira dos surrealistas, a máquina é capaz de produzir de si mesma a escrita automática (por exemplo, fazer um *qwertzuiopà*, primeira linha do teclado alemão adaptado ao romeno, o equivalente do francês *azertyuiop*<sup>6</sup>) ou tomar o lugar de um editor<sup>7</sup>.

Banalizada hoje pelo fim das diferentes formas de controle e de censura, a máquina de escrever conserva entretanto um estatuto excepcional em uma economia em atraso, com fronteiras muito fluidas entre o público e o privado e sob influência do artesanal e da especulação.

[ Tradução de Rafael M. Viegas ]

---

<sup>5</sup> Andrei Sebulescu. *Monarhia de drept dialectic. A doua versiune a memoriilor lui Belu Zilber*. Bucarest, Albatros, 1990.

<sup>6</sup> No teclado padrão brasileiro, as máquinas de escrever grafam *qwertyuiop*, na primeira linha – disposição que vale também para os teclados de computador. (N.T.)

<sup>7</sup> Serban Foartà. “Dactilogramà” in *Afinitàti elective*. Bucarest, Cartea românească, 1980, p. 7-9.